

## POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: DESAFIOS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS CRÍTICAS

**Herbert Henry Silva Carmo**

Mestrando - MAPP/UFC. Professor/Tutor Universidade Estadual do Ceará.

<https://orcid.org/0009-0006-4943-9454>

E-mail: herbert.henry@uece.br

**Maria Cleivany Coelho Ferreira**

Doutora em Educação. Professora da Rede Municipal de Fortaleza.

<https://orcid.org/0009-0000-4263-2063>

E-mail: cleivanycoelho@gmail.com

**Liana Karla de Aquino Gomes**

Especialista. Professora da Rede Municipal de Fortaleza.

<https://orcid.org/0009-0000-9189-4879>

E-mail: gomesliana1@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N3-82>

**RESUMO:** Este artigo analisa a evolução das políticas públicas no Brasil, destacando os principais marcos históricos, abordagens teóricas e o papel da participação social no processo decisório. Com uma revisão crítica da literatura nacional e internacional, discute-se o desenvolvimento do campo das políticas públicas no país, as teorias mais relevantes assim como os desafios atuais relacionados à participação cidadã na formulação e implementação das políticas. O estudo enfatiza a importância da participação social como forma para o enfrentamento das desigualdades e fortalecimento da democracia no estado brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas. Participação Social. Desigualdade.

### PUBLIC POLICIES AND SOCIAL PARTICIPATION IN BRAZIL: CHALLENGES, ADVANCES AND CRITICAL PERSPECTIVES

**ABSTRACT:** This article analyzes the evolution of public policies in Brazil, highlighting the main historical milestones, theoretical approaches and the role of social participation in the decision-making process. With a critical review of national and international literature, the development of the field of public policies in the country, the most relevant theories and the current challenges related to citizen participation in the formulation and implementation of policies are discussed. The study emphasizes the importance of social participation as a way to confront inequalities and strengthen democracy in the Brazilian state.

**KEYWORDS:** Public Policies. Social Participation. Inequality.

## INTRODUÇÃO

O estudo das políticas públicas no Brasil tem ganhado crescente relevância acadêmica e social ultimamente, em resposta às complexas demandas da sociedade contemporânea e à busca por respostas do estado, que sejam mais eficazes e democráticas. O aumento da complexidade dos problemas sociais, econômicos e ambientais, junto à crescente pluralidade dos personagens envolvidos, impõe desafios significativos ao Estado brasileiro, que precisa formular e implementar políticas capazes de atender às múltiplas necessidades da população.

Conforme destaca Faria:

Em seus primórdios, a ciência política considerava as políticas públicas quase exclusivamente como outputs do sistema político, o que justificava o fato de a atenção dos investigadores ter se concentrado inicialmente nos inputs, isto é, nas demandas e articulações de interesse. Dito de outra forma, antes que a análise de políticas públicas fosse reconhecida como uma subárea na disciplina, a ênfase dos estudos recaía, como em larga medida ainda hoje, diga-se de passagem, nos processos de formação das políticas públicas, o que parece refletir o status privilegiado que os processos decisórios sempre desfrutaram junto aos profissionais da área (Faria, 2003, p. 22).

Assim o campo das políticas públicas é eminentemente interdisciplinar, integrando conhecimentos e metodologias vindas da Ciência Política, da Administração Pública, da Economia, do Direito e da Sociologia. Esse campo é caracterizado pela análise do Estado em ação, envolvendo as fases de formulação, implementação e avaliação das políticas, e pela compreensão das atuações entre os diversos agentes públicos e privados envolvidos no processo de decisão.

Há outro aspecto fundamental para a compreensão das políticas públicas, que é a participação social. Ela envolve desde a mobilização da sociedade civil até a institucionalização de mecanismos de controle social, e é considerada um elemento essencial para garantir a legitimidade, a transparência e a eficácia das ações governamentais. Segundo Gohn:

(...) a participação social contribui para o fortalecimento da democracia ao ampliar a inclusão política e promover a cidadania ativa, permitindo que grupos historicamente marginalizados possam influenciar as decisões públicas (Gohn, 2019).

No contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais e desafios

estruturais, o fortalecimento da participação social nas políticas públicas representa um caminho estratégico para a construção de uma gestão pública mais justa e eficaz. Entretanto, essa participação enfrenta obstáculos como a burocratização, a desinformação e a desigualdade no acesso aos espaços decisórios, que precisam ser objeto de análise crítica para que se possa avançar em modelos mais inclusivos.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo realizar uma análise crítica sobre a evolução do campo das políticas públicas no Brasil, com ênfase nos principais modelos teóricos que orientam a formulação e implementação dessas políticas, bem como no papel central da participação social no processo político. Busca-se, assim, contribuir para uma compreensão aprofundada dos desafios e das possibilidades existentes para o aprimoramento das políticas públicas brasileiras em direção a uma democracia participativa e efetiva.

## DESENVOLVIMENTO

A definição de políticas públicas é diversa e reflete várias abordagens teóricas, metodológicas e contextuais presentes à ação governamental. Apesar dessa complexidade, há um consenso fundamental: políticas públicas são entendidas como escolhas e decisões governamentais voltadas para a resolução de problemas identificados na sociedade, seja por meio da ação direta, da regulação ou mesmo da omissão intencional. Dye (1975, *apud* Brasil e Capella, 2016) apresenta uma definição sintética e contundente ao afirmar que políticas públicas são “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, o que evidencia a dimensão política das decisões estatais e o impacto direto dessas escolhas no cotidiano da população.

É importante destacar que políticas públicas não se restringem apenas às ações visíveis e concretas do Estado, mas também abrangem decisões de não intervenção, prioridades definidas em orçamentos públicos, diretrizes regulatórias, programas sociais, leis e normas administrativas. Essa amplitude torna o campo das políticas públicas particularmente complexo, pois envolve uma multiplicidade de agentes, esferas e instrumentos, além de uma articulação intrínseca entre interesses políticos, econômicos e sociais.

A centralidade do Estado como ator legítimo nas políticas públicas é um aspecto definidor desse campo. Conforme Dye (1975) “(...) o que determina o que é ou não é uma política pública é a personalidade jurídica do ator protagonista. Em outras palavras, é política pública somente quando emanada de ator estatal.” o Estado detém a personalidade jurídica que lhe confere legitimidade e poder coercitivo para formular, implementar e garantir a execução dessas políticas, diferentemente de outros atores sociais que, apesar de influentes, não possuem esse status formal.

A legitimidade do Estado advém do seu papel constitucional e da confiança social depositada em suas instituições para gerir os recursos públicos e promover o bem-estar coletivo. Isso não significa, entretanto, que o Estado atua de forma isolada: a governança contemporânea das políticas públicas envolve uma rede complexa de atores, incluindo organizações não governamentais, setor privado, movimentos sociais, mídia e cidadãos, que interagem e influenciam o processo decisório.

O processo decisório em políticas públicas é um campo de estudo vasto que procura compreender as etapas que vão desde o reconhecimento e definição do problema social até a avaliação dos impactos das políticas implementadas. Essas etapas incluem desde a Identificação do problema, a formulação das alternativas conjunta com a escola de estratégias, a implementação das alternativas e finalizando com a avaliação da política pública.

Tradicionalmente, esse processo foi analisado sob a ótica do modelo racional e linear, que pressupõe uma tomada de decisão lógica e sequencial baseada em informações completas e objetivos claros. Contudo, a realidade política e social mostra que as decisões públicas são frequentemente marcadas por incertezas, conflitos, limitações institucionais e influências externas, o que levou ao desenvolvimento de modelos mais complexos.

Entre os principais modelos teóricos que ampliam essa compreensão podemos citar o Modelo dos Múltiplos Fluxos de John Kingdon (1984): que entende o processo decisório como a convergência de três fluxos independentes — problemas, políticas e política — que, ao se alinharem, criam oportunidades para mudanças e adoção de políticas; a Teoria das Coalizões de Interesse de Sabatier, em 1988, que enfatiza a importância de grupos de atores com crenças e interesses comuns que trabalham ao longo do tempo para influenciar e modificar políticas públicas e a Teoria do Equilíbrio Pontuado

de Baumgartner e Jones de 1993, que explica as políticas públicas por períodos longos de estabilidade, intercalados por mudanças rápidas e profundas, motivadas por eventos externos ou crises.

Esses modelos reconhecem a política pública como um campo dinâmico, resultado de negociações, pressões e adaptações contínuas, em que o poder, a informação assimétrica, as condições socioeconômicas e o contexto institucional desempenham papéis decisivos. Além disso, essas abordagens permitem compreender como interesses conflitantes, limitações orçamentárias e forças sociais influenciam o desenho e a implementação das políticas.

No contexto brasileiro, o estudo das políticas públicas ganha ainda mais relevância, considerando os desafios estruturais do país, como as desigualdades sociais, a heterogeneidade regional e as limitações institucionais. O papel do Estado brasileiro, sua capacidade de coordenação e a incorporação da participação social são fundamentais para a efetividade das políticas públicas em um cenário marcado por demandas crescentes e diversidade de atores.

Por fim, a compreensão das políticas públicas exige também um olhar crítico sobre os processos de poder e as relações sociais envolvidas, buscando identificar quem são os beneficiários, os excluídos e os grupos que detêm maior influência na formulação e implementação das políticas, o que reforça a necessidade de estudos interdisciplinares e contextualizados.

## **EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS ESTUDOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL**

A trajetória dos estudos em políticas públicas no Brasil reflete as transformações políticas, sociais e econômicas do país, acompanhando, ao mesmo tempo, influências internacionais e peculiaridades locais. Essa evolução pode ser dividida em três grandes fases que marcam a consolidação do campo e sua adaptação às demandas e contextos históricos.

## ORIGENS E CONSOLIDAÇÃO (1950-1980)

Nos anos iniciais do estudo das políticas públicas no Brasil, a influência dos modelos estadunidenses foi marcante, sobretudo aqueles baseados na análise do processo decisório racional e na administração pública burocrática. Esse período se caracterizou pelo predomínio do planejamento tecnocrático, com foco na eficiência administrativa e no crescimento econômico, alinhado ao paradigma desenvolvimentista que orientou a política estatal no contexto do Estado centralizador e autoritário das décadas de 1960 e 1970, como sinaliza Souza:

A política pública como área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos Estados Unidos rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos (Souza, 2007, p. 66-67).

O governo adotava uma postura interventora, planejando e executando políticas voltadas principalmente à industrialização, modernização das infraestruturas e estímulo à economia. A participação social, entretanto, era praticamente inexistente, pois o regime político restringia os espaços democráticos e a influência da sociedade civil nas decisões públicas. As políticas públicas, nesse contexto, eram concebidas como resultados de escolhas técnicas, alheias às demandas sociais e sem mecanismos efetivos de controle ou participação popular.

Essa abordagem tecnocrática limitava o campo dos estudos a uma visão funcionalista, que privilegiava a eficiência e a racionalidade formal, sem considerar a complexidade política e social inerente às decisões públicas. A academia começava a se interessar pelo tema, porém ainda de forma incipiente e subordinada a outras disciplinas, como a Ciência Política e a Administração Pública.

## PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988 E REFORMAS DOS ANOS 1990

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um divisor de águas para as políticas públicas no Brasil. A Carta Magna ampliou significativamente os direitos sociais, consolidou o Estado Democrático de Direito e redefiniu o papel do Estado, enfatizando a universalização do acesso a serviços públicos, a descentralização administrativa e o protagonismo da participação social.



Esse novo cenário institucional abriu espaço para a expansão e o aprofundamento dos estudos em políticas públicas, que passaram a incorporar as dimensões políticas, sociais e jurídicas de forma mais integrada. A partir de então, o foco das políticas deslocou-se para a ampliação das políticas sociais, especialmente nos setores de saúde, educação e assistência social, com a criação de sistemas como o Sistema Único de Saúde (SUS) e a expansão da rede pública de ensino. Segundo Farah (2013):

O reconhecimento do polo da política, no caso brasileiro, foi estimulado pelos desafios pós-democratização e pelas questões derivadas das transformações do Estado e do público no país. Os estudos sobre políticas públicas em particular refletem, por sua vez, uma demanda por reflexão sobre as “novas políticas públicas”, de âmbito federal, mas também, crescentemente, de âmbito local. A descentralização pós-1988 trouxe consigo enormes desafios de formulação e de gestão de políticas públicas em âmbito local, desafios estes que acabaram se refletindo na agenda de pesquisa e de estudos no campo da administração pública (Farah, 2013).

Apesar dos avanços, o período foi marcado por tensões entre a ampliação dos direitos sociais e as restrições orçamentárias impostas por políticas neoliberais, o que gerou debates intensos sobre a sustentabilidade das políticas públicas e a efetividade das reformas administrativas.

## DIVERSIFICAÇÃO TEÓRICA E EXPANSÃO CONTEMPORÂNEA

A partir dos anos 2000, os estudos em políticas públicas no Brasil passaram por uma importante diversificação metodológica e teórica. A incorporação dos *frameworks* internacionais, como o *Advocacy Coalition Framework* (ACF), destaca a importância das coalizões de interesses e das crenças compartilhadas na formulação das políticas, e o modelo dos múltiplos fluxos (*Multiple Streams*), bem como as abordagens neoinstitucionalistas, contribuíram para o aprofundamento da análise dos processos políticos complexos brasileiros, como confirmaram Brasil e Capella (2016).

Além disso, novos temas ganharam espaço no debate acadêmico e na agenda pública, como a governança digital, que envolve o uso de tecnologias da informação para ampliar a transparência e a participação; o emprego de big data e análise de dados para aprimorar a formulação e avaliação das políticas; e as políticas afirmativas voltadas para a equidade de gênero, raça e diversidade, refletindo as demandas contemporâneas por

justiça social e inclusão.

O enfoque crítico também se ampliou, com investigações sobre as dificuldades de implementação das políticas, os impactos das desigualdades regionais, a fragmentação institucional e os desafios da cooperação federativa entre os diferentes níveis de governo. A avaliação das políticas públicas passou a ser vista como um instrumento fundamental para a melhoria contínua das ações governamentais e para o fortalecimento da democracia participativa.

Esse processo de expansão teórica e prática evidencia o amadurecimento do campo das políticas públicas no Brasil, que se apresenta hoje como um campo interdisciplinar e plural, capaz de dialogar com as complexidades sociais do país e contribuir para o aprimoramento da gestão pública e do Estado democrático.

## **A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

A participação social constitui um dos pilares essenciais para a construção de políticas públicas democráticas e efetivas, pois representa o vínculo direto entre o Estado e a sociedade civil na definição e execução das ações governamentais. Sua compreensão exige um olhar amplo e interdisciplinar, que reconheça as múltiplas formas, dimensões e desafios desse fenômeno.

## **CONCEITO MULTIDIMENSIONAL DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

A participação social ultrapassa o mero ato de estar presente em espaços formais ou institucionais, configurando-se como um conceito multifacetado que abarca dimensões políticas, sociais, econômicas e culturais. Conforme enfatiza Gohn (2019): “a participação é uma prática social dinâmica e um elemento transformador que varia conforme os contextos históricos, culturais e geográficos, moldando-se às realidades locais e às especificidades dos grupos sociais.”

Nesse sentido, a participação social não se restringe apenas à participação eleitoral ou à presença em conselhos e fóruns deliberativos oficiais, mas envolve redes complexas de solidariedade, mobilizações coletivas, movimentos sociais organizados, associações



comunitárias, práticas de autogestão e o reconhecimento e valorização das identidades culturais e étnicas. Essa amplitude reforça a ideia de que a participação é também um espaço de construção de poder social, pertencimento e cidadania ativa.

## HISTÓRICO E TEORIAS DA PARTICIPAÇÃO

Historicamente, a participação política tem sido considerada, desde os pensadores clássicos do século XVIII como Jean-Jacques Rousseau e Alexis de Tocqueville, um elemento central para a democracia e o fortalecimento da cidadania, conforme Gohn (2019). Rousseau, por exemplo, ressaltava a importância da participação direta na formação da vontade geral, enquanto Tocqueville analisava os efeitos da participação local para a manutenção da democracia na América.

No entanto, no início do século XX, correntes elitistas emergiram questionando a capacidade da participação de massa para garantir decisões eficazes, advogando pelo controle das elites políticas e restringindo os espaços participativos. Essa tensão entre democracia participativa e representativa persiste até hoje, influenciando as políticas públicas e os modelos de governança.

No contexto latino-americano, particularmente durante os anos de ditadura militar e repressão nas décadas de 1960 e 1970, a participação social foi reconfigurada como um instrumento fundamental de resistência e transformação social. Movimentos sociais, comunidades religiosas e organizações populares utilizaram a participação como forma de afirmar direitos e desafiar regimes autoritários. Influências da Teologia da Libertação e da pedagogia crítica de Paulo Freire enfatizaram a educação popular e a conscientização como caminhos para empoderar os excluídos e fomentar a participação coletiva.

## ABORDAGENS CONTEMPORÂNEAS E DESAFIOS

Nas abordagens contemporâneas, a participação social é analisada sob múltiplas perspectivas teóricas, refletindo a complexidade do fenômeno. Destacam-se a perspectiva da escolha racional, que enxerga os indivíduos como agentes que avaliam custos e benefícios para decidir participar ou não; as teorias de mobilização institucional, que

consideram os recursos, incentivos e estruturas que facilitam ou dificultam a participação; as abordagens baseadas em identidades coletivas, que ressaltam o papel das identidades sociais, culturais e étnicas na motivação para a participação; a teoria crítica e abordagens decoloniais, que problematizam as relações de poder, exclusão e dominação presentes nos processos participativos, buscando descolonizar saberes e práticas; os feminismos, que destacam a importância de compreender as dimensões de gênero na participação social e a necessidade de ampliar a voz das mulheres e de grupos marginalizados.

No Brasil, embora a participação social seja constitucionalmente reconhecida como meio fundamental para a inclusão política e o combate às desigualdades, sua prática enfrenta diversos desafios estruturais. Entre eles, destacam-se as desigualdades socioeconômicas que limitam o acesso e o engajamento de parcelas da população; o controle político sobre conselhos e espaços participativos, que pode restringir a autonomia social; a fragmentação institucional, que dificulta a articulação entre diferentes níveis de governo e esferas de decisão; e o risco de captura dos espaços participativos por interesses específicos.

Além disso, a participação social é permeada por tensões entre modelos representativos e participativos de democracia, bem como pela necessidade de garantir não apenas a quantidade, mas a qualidade da participação, assegurando que as vozes expressas sejam efetivamente consideradas e reflitam a pluralidade social.

Em síntese, a participação social no contexto das políticas públicas é um campo em contínuo desenvolvimento, que demanda esforços para ampliar e democratizar os espaços e mecanismos de envolvimento, valorizando a diversidade e promovendo o fortalecimento da cidadania ativa.

## MODELOS TEÓRICOS FUNDAMENTAIS PARA A ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A compreensão dos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas é enriquecida por diferentes modelos teóricos que buscam explicar como e por que determinadas decisões são tomadas no âmbito governamental. Esses modelos oferecem lentes analíticas variadas para interpretar as dinâmicas políticas,

sociais e institucionais envolvidas. Entre os principais modelos que fundamentam o estudo das políticas públicas destacam-se:

## ABORDAGEM DOS MÚLTIPLOS FLUXOS

Proposta por John Kingdon em seu seminal trabalho de 1984, a abordagem dos múltiplos fluxos (*Multiple Streams Framework*) oferece uma explicação dinâmica e não linear para a formulação das políticas públicas. Segundo essa perspectiva, o processo decisório é composto por três fluxos independentes que circulam paralelamente no sistema político, iniciando pelo fluxo dos problemas, que envolve a percepção, definição e reconhecimento de questões sociais que demandam atenção governamental, seguido pelo fluxo das políticas, constituído pelas propostas, alternativas e soluções desenvolvidas por especialistas, técnicos e formuladores e finalizando com o fluxo da política, que compreende o ambiente político, incluindo mudanças no governo, na opinião pública, nos grupos de interesse e nas agendas políticas.

A convergência desses três fluxos em um momento oportuno a chamada “janela de oportunidade” cria condições favoráveis para a adoção de uma política específica

## MODELO DAS COALIZÕES DE DEFESA (ADVOCACY COALITION FRAMEWORK - ACF)

Desenvolvido por Paul Sabatier e Hank Jenkins-Smith na década de 1990, o *Advocacy Coalition Framework* (ACF) enfatiza o papel das coalizões formadas por atores de diferentes organizações que compartilham crenças, valores e objetivos comuns, trabalhando de forma coordenada para influenciar o processo político ao longo do tempo.

Essas coalizões reúnem atores governamentais, políticos, acadêmicos, representantes da sociedade civil e agentes privados que, apesar das diferenças institucionais, mantêm uma visão compartilhada sobre determinados problemas públicos. O modelo destaca que as mudanças nas políticas são resultado de processos complexos de aprendizagem e negociações entre essas coalizões, em um ambiente marcado por conflitos e alianças estratégicas.

O ACF é especialmente útil para analisar políticas que envolvem questões controversas e longos períodos de disputa, como meio ambiente, saúde pública e educação, possibilitando compreender como as crenças centrais e secundárias dos atores influenciam as decisões governamentais.

## MODELO DO EQUILÍBRIO PONTUADO

Proposto por Frank Baumgartner e Bryan Jones em 1993, o modelo do equilíbrio pontuado oferece uma visão alternativa à teoria incrementalista tradicional, que pressupõe mudanças graduais e contínuas nas políticas públicas. Baumgartner e Jones argumentam que o processo político é caracterizado por longos períodos de estabilidade e incrementalismo, intercalados por momentos de mudanças rápidas, profundas e radicais, os chamados “pontuações”.

Essas pontuações ocorrem quando eventos externos, crises, mudanças na opinião pública ou nas configurações políticas provocam rupturas que quebram o equilíbrio existente, resultando em reformulações significativas das políticas. O modelo ajuda a explicar fenômenos como reformas abruptas no sistema de saúde, nas políticas ambientais ou nas estruturas tributárias.

Esses modelos teóricos oferecem ferramentas analíticas essenciais para compreender a complexidade das políticas públicas, revelando que o processo decisório não é linear nem exclusivamente racional, mas sim permeado por interações políticas, sociais e institucionais dinâmicas. A aplicação combinada dessas teorias permite uma análise mais robusta dos desafios enfrentados na formulação e implementação das políticas públicas no Brasil e no mundo.

## CONCLUSÃO

A trajetória dos estudos sobre políticas públicas no Brasil evidencia um campo em constante evolução, caracterizado pela complexidade das relações políticas, sociais e institucionais, bem como pela multiplicidade de atores, interesses e dinâmicas que compõem o processo decisório. Essa pluralidade exige abordagens teóricas e

metodológicas diversificadas e flexíveis, capazes de captar as especificidades do contexto brasileiro e suas demandas emergentes.

A participação social destaca-se como elemento central para o fortalecimento da democracia e para a promoção de políticas públicas mais legítimas, inclusivas e eficazes. Ao possibilitar a ampliação da cidadania ativa e a inclusão de grupos historicamente marginalizados, a participação social não apenas legitima o processo político, mas também contribui para a redução das desigualdades estruturais presentes na sociedade brasileira.

Entretanto, o avanço efetivo da participação social e o aprimoramento das políticas públicas enfrentam desafios significativos, como as barreiras socioeconômicas ao engajamento, a fragmentação institucional, a burocratização dos processos e as tensões entre modelos representativos e participativos de governança. Superar esses desafios requer um compromisso coletivo que envolva pesquisadores, gestores públicos, movimentos sociais e a sociedade civil em geral.

Portanto, avançar no entendimento e na aplicação dos conceitos e modelos das políticas públicas demanda um esforço articulado e contínuo, que valorize a produção e a aplicação de conhecimento contextualizado, a inovação nas práticas de gestão e a promoção da transparência e da *accountability*. Somente assim será possível construir um ambiente político-administrativo capaz de responder com eficácia às demandas sociais, promovendo a justiça social, a equidade e o desenvolvimento sustentável no Brasil.

Desta forma, o futuro das políticas públicas brasileiras depende da integração entre teoria e prática, da ampliação dos espaços democráticos e do fortalecimento da participação social como vetor transformador, consolidando um Estado verdadeiramente comprometido com o bem-estar coletivo e a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

## REFERENCIAS

BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. *Agendas and Instability in American Politics*. University of Chicago Press, 1993.

BRASIL, F.; CAPELLA, A. Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. *Revista Política Hoje*, v. 25, n.

1, p. 71-90, 2016.

DYE, T. R. *Understanding Public Policy*. Prentice Hall, 1975.

FARIA, Carlos A.P. “Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, nº. 51, fevereiro. (pp. 21-29). 2003

GOHN, M. da G. Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81, 2019.

KINGDON, J. W. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. Harper Collins, 1984.

SABATIER, P. A.; JENKINS-SMITH, H. C. *Policy Change and Learning: An Advocacy Coalition Approach*. Westview Press, 1993.

Submissão: abril de 2025. Aceite: maio de 2025. Publicação: setembro de 2025.